



PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA) 2016

Secretaria de Controle Interno (SCI)

Novembro de 2015

PAA 2016

1. Introdução

O Plano Anual de Auditoria (PAA) representa boa prática e poder-dever para a gestão das Secretarias de Controle Interno (SCI) do Poder Judiciário. Previsto no art. 9º da Resolução CNJ nº 171/2013, o plano deve contemplar as Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) referentes à auditoria e demais normativos do Setor Público.

Ressalte-se que o conceito de Auditoria Interna, previsto na Resolução CFC nº 986/03, compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, para auxiliar a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

A política de atuação preventiva da SCI segue as melhores práticas de controle interno nacionais e internacionais e determinações do Egrégio Tribunal de Contas da União (TCU) e dos Colendos Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Os produtos da SCI buscam auxiliar as áreas monitoradas no desempenho de suas funções, prevenindo a ocorrência de não-conformidades perante a regulação e os objetivos institucionais do TRT 2ª Região.

No âmbito do TRT 2ª. Região, a estrutura e as atividades da Secretaria de Controle Interno são reguladas por meio do Ato GP nº 12/2014. Dentre as competências da Secretaria cumpre a obrigação de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e de submeter, anualmente, à Presidência do Tribunal, o Plano Anual de Auditoria para o exercício subsequente.

Em 2016, alinhado ao Ato GP nº 12/2014, a ênfase de atuação será a implantação de boas práticas de controle interno quanto à conformidade normativa e à gestão de riscos. Adicionalmente, o plano prevê as atividades de assessoramento à DD. Presidência do Tribunal, trabalhos de monitoramento, análise de normativos, ações de treinamento dos servidores da Unidade e atividades de gestão da SCI.

2. Objetivo e Fundamentação

O PAA 2016 foi elaborado para apreciação e aprovação da DD. Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região. A submissão atende ao Acórdão nº 1074/2009 - Plenário, de 20 de maio de 2009, e às Decisões Normativas TCU nºs 134/2013 e 140/2014; às Resoluções CNJ nºs 86/2009 e 171/2013 e ao Ato GP nº 12/2014 do TRT 2ª Região.

Adicionalmente, foi observado o Parecer nº 2/2013 - SCI/Presi/CNJ, visando incorporar boas práticas de gestão de auditorias e controles internos.

3. Escopo de Atuação

A SCI realiza trabalhos de acompanhamento da gestão e auditorias *a priori*, concomitante e *a posteriori* com ênfase nos processos administrativos do TRT 2ª. Região. O trabalho é realizado em articulação com diversas áreas e unidades do Tribunal.

Além de determinações legais, os processos enfatizados pela Secretaria de Controle Interno contemplam o monitoramento e avaliação dos controles internos, com a promoção de procedimentos de autocontrole a serem incentivados junto às áreas atendidas para o alcance dos objetivos institucionais e estratégicos.

O trabalho de elaboração do PAA priorizou aspectos de relevância, considerando os benefícios advindos das auditorias para

o Tribunal, e as variáveis de materialidade, criticidade e risco, em linha com a Resolução CNJ nº 171/2013.

Para 2016 serão elaborados trabalhos de auditoria e acompanhamento dos processos coordenados pelas Secretarias Administrativas do TRT 2ª. Região, sendo priorizadas: a Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação, a Secretaria de Gestão de Pessoas e a Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial. As Secretarias apresentam processos que devem ser priorizados em função do risco e materialidade.

Serão dedicadas cerca de 30 mil horas para os processos de auditoria e atividades de acompanhamento de pessoal, de compras e licitações, e de gestão. O período contempla demandas legais e outras determinações da DD. Presidência e dos Órgãos de Controle Externo.

A quantidade de horas será dedicada a diversas atividades desempenhadas pela SCI para suportar a função controle interno nos termos constitucionais. Dentre as ações destacam-se, além do apoio aos órgãos de controle (TCU, CNJ e CSJT), as auditorias de gestão, de conformidade e operacionais.

4. Estrutura de Pessoal, Gestão por Competência e Política de Treinamento

Atualmente, a SCI conta com uma equipe de 18 (dezoito) servidores que possuem formação profissional adequada para o desempenho de suas atribuições institucionais em constante atualização. Os servidores participarão de atividades de treinamento e desenvolvimento presenciais e a distância. Foram estimadas 50 horas de treinamento por servidor, distribuídas ao longo do ano. Assim, a SCI dedicará cerca de 900 horas para treinamento durante o período com o intuito de capacitar os servidores para executarem a função de auditor interno.

Para 2016 foi elaborada uma versão atualizada do Plano Anual de Capacitação, contextualizado aos objetivos estratégicos de instituir e implantar política de gestão por competências e alinhar 100% das unidades administrativas e judiciárias à estratégia institucional, integrando-as às Ações Estratégicas aprovadas pelo Tribunal.

O PAC 2016 contemplou conhecimentos, habilidades e atitudes inerentes às funções desempenhadas e às áreas temáticas previstas em matrizes de auditoria do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça, destacando-se: licitações e contratos, material e patrimônio, obras civis e serviço de engenharia, orçamento e finanças, recursos humanos, tecnologia da informação e gestão.

Em linha com a prática institucionalizada de treinamento e desenvolvimento, no ano de 2016, instituições consagradas por sua notória especialização serão escolhidas, a exemplo do Instituto Serzedello Corrêa (TCU), da Escola de Administração Fazendária (ESAF), da Escola Judicial (EJud/TRT-2), da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores (CEAJud/CNJ) e Educação Corporativa do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (EAD/CSJT).

5. Cronograma de Atuação dos Trabalhos em 2016

A Secretaria de Controle Interno (SCI) executará auditorias nos processos de compras, licitações e de gestão de pessoas que possuem demanda de atendimento regular durante o ano.

O cronograma de execução de assessoria à gestão, de auditoria *in loco* e de novos processos foi dimensionado em dias. A medida mencionada permite dotar a Secretaria de Controle Interno de flexibilidade necessária para atender demandas mandatórias e contingenciais originadas da Administração e de Órgãos de Controle

Externo. Desta forma, o cronograma proposto para as inspeções e atividades da Secretaria de Controle Interno está contemplado no QUADRO 1.

Por fim, cabe ressaltar que em linha com a Resolução CNJ n° 171/2013 foram previstas atividades de auditoria direta, executada por servidores desta Secretaria de Controle Interno e ações coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

São Paulo, 27 de novembro de 2015.

Rita Kotomi Yuri
Diretora da Secretaria de Controle Interno



PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA) 2016
- CRONOGRAMA -

Secretaria de Controle Interno (SCI)
Novembro de 2015

Nº	Descrição Sumária dos Objetos / Elementos	Conhecimentos Específicos	Risco e Relevância	Tipo e Forma	Objetivo(s)	Escopo	Área Responsável	Início	Término	Horas	Área Auditada
1	Auditoria contábil de reconhecimento de valores a receber junto a fornecedores e a servidores (multas e penalidades)	Legislação e Normatização sobre Contratos e Pessoal	Moderados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar os controles internos sobre o registro de direitos, obrigações e ressarcimentos em caso de aplicação de multas e penalidades.	Sistemas de informações de Contratos e de Pessoal, Registros Financeiros.	SA	01/02/2016	31/03/2016	320	Secretaria de Gestão de Pessoas / Secretaria de Proc. e Acompanhamento de Contratos e Licitações / Secretaria de Coord. Orçamentária e Financeira
2	Auditoria de avaliação de controles internos da gestão de compras e contratações	Legislação e Boas Práticas de Gestão de Aquisições	Moderados	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Analisar os controles internos sobre a gestão de aquisições.	Processo e práticas de gestão de aquisições.	SCALC	01/02/2016	15/04/2016	300	Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações
3	Auditoria sobre as informações que compõem o Relatório de Gestão (2015)	Normatização de Controle Externo, Administração e Finanças Públicas, Técnicas de Auditoria	Elevados	Auditoria de Gestão / Auditoria Direta	Testar a confiabilidade e a integridade das informações que compõem o Relatório de Gestão.	Informações contábeis e institucionais do Relatório de Gestão de 2015.	SCI, SA, SCNAG, SCAGP e SCALC	01/02/2016	30/06/2016	3.240	Diversas Áreas do TRT 2ª. Região
4	Auditoria de conformidade das férias	Legislação de pessoal e Regulação sobre o tema	Elevados	Auditoria de conformidade e operacional / Auditoria Direta	Verificar a conformidade à legislação vigente.	Seleção de amostra a partir dos processos iniciados em 2015.	SCAGP	01/03/2016	31/05/2016	720	Secretaria de Gestão de Pessoas
5	Auditoria sobre material e patrimônio e itens de consumo	Legislação e Boas Práticas de Gestão de Material e Patrimônio	Moderados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Analisar os controles internos administrativos sobre a gestão de material e patrimônio.	Processo e práticas de gestão de material e patrimônio.	SA	01/03/2016	30/06/2016	600	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Adm. Predial
6	Auditoria em acordos de cooperação, transferências descentralizadas e Auditoria Coordenada CSJT - Gestão de TI com transferências descentralizadas	Legislação e Normatização vigente. Técnicas de Auditoria	Elevados	Auditoria Contábil-Financeira e Operacional / Auditoria Direta e Compartilhada	Auditando a legalidade, da execução, da prestação de contas dos acordos de cooperação e transferências descentralizadas e a efetiva utilização dos recursos descentralizados pelo CSJT em 2015.	Amostra dos acordos com repasses de instituição financeira e das transferências descentralizadas por conselhos superiores, e definições do CSJT sobre o escopo quando da designação do trabalho coordenado.	SA	01/04/2016	30/06/2016	720	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação / Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira
7	Auditoria em contrato de manutenção predial	Legislação e Normatização sobre Licitações e Contratos	Moderados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Avaliar os controles administrativos sobre o planejamento, gestão e fiscalização do contrato.	Contrato de manutenção predial, considerando aspectos de risco e relevância.	SCALC	18/04/2016	30/06/2016	300	Secretaria de Proc. e Acompanhamento de Contratos e Licitações / Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial
8	Auditoria na área de ativos de TI e metas do PETI	Recomendações de Órgãos de Controle e Técnicas de Auditoria de TI	Moderados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Verificar a normatização e implantação dos modelos e das normas sobre Ativos de TI e Metas do PETI.	Análise dos processos de gestão de ativos e indicadores do PETI	SA	02/05/2016	29/07/2016	1.200	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação / Secretaria de Infraestrutura, Logística e Adm. Predial / Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

Nº	Descrição Sumária dos Objetos/Elementos	Conhecimentos Específicos	Risco e Relevância	Tipo e Forma	Objetivo(s)	Escopo	Área Responsável	Início	Término	Horas	Área Auditada
9	Auditoria do Plano de Obras e da Gestão e Fiscalização em Imóveis	Legislação e Normatização sobre o tema	Elevados	Auditoria de Conformidade e Operacional / Auditoria Direta	Auditar o plano de obras face aos critérios normativos do CNJ e CSJT e verificar a existência de controles internos suficientes para garantir boas práticas em gestão de imóveis.	Análise dos critérios definidos no Plano de Obras do Tribunal e junto aos atores envolvidos acerca das práticas de gestão dos imóveis.	SA	01/06/2016	30/08/2016	600	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Adm. Predial / Secretaria de Proc. e Acomp. de Contratos e Licitações
10	Auditoria de conformidade de Diárias e Passagens	Legislação de pessoal e Ofícios CNJ/CSJT	Reduzidos	Auditoria de conformidade e operacional / Auditoria Direta	Auditar os processos administrativos relativos à concessão de diárias e passagens com recursos descentralizados.	Seleção de amostra a partir dos processos iniciados em 2015.	SCAGP	01/06/2016	31/08/2016	300	Secretaria de Gestão de Pessoas / São Paulo / Secretaria de Infraestrutura, Logística e Adm. Predial / Secretaria de Proc. e Acomp. de Contratos e Licitações
11	Auditoria em contratos de manutenção de elevadores	Legislação e Normatização sobre contratos	Moderados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Auditar os processos de planejamento, gestão e fiscalização dos contratos.	Processos de contratação de aquisição e/ou manutenção de elevadores.	SCALC	01/07/2016	16/09/2016	300	Secretaria de Proc. e Acomp. de Contratos e Licitações / Secretaria de Infraestrutura, Logística e Adm. Predial
12	Auditoria nos Indicadores de Gestão de Pessoas do Tribunal	Gestão de Pessoas, Direito Administrativo, Técnicas de Auditoria	Moderados	Auditoria de Gestão / Auditoria Direta	Auditar os procedimentos de obtenção e mensuração dos indicadores táticos de Recursos Humanos do Tribunal	Avaliação dos indicadores táticos de RH do Tribunal, em especial os constantes no Relatório de Gestão, para verificação da estabilidade que permita avaliações de determinado aspecto da gestão ao longo do tempo.	SCNAG	01/08/2016	31/10/2016	720	Secretaria de Gestão de Pessoas
13	Auditoria em processos de desfazimento de bens patrimoniais	Legislação e Normatização sobre Material e Patrimônio	Elevados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Auditar conjuntamente processos de desfazimento (doação/descarte).	Processos de desfazimento, preferencialmente, ocorridos em 2015 e 2016.	SA	01/08/2016	30/11/2016	400	Diversas Áreas do TRT 2ª. Região
14	Auditoria de avaliação das práticas de Gestão de Riscos	Normativos e boas práticas sobre o tema	Elevados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Avaliar as práticas de gestão de riscos em processos operacionais.	Procedimentos operacionais das áreas de contratação e pagamento com ênfase em perdas possíveis e realizadas derivadas de falha operacional.	SCI, SA, SCNAG, SCAGP e SCALC	01/08/2016	30/11/2016	540	Diversas Áreas do TRT 2ª. Região
15	Auditoria de conformidade da Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GECJ	Legislação de pessoal e Regulação sobre o tema – Resolução nº 155/2015 do CSJT	Moderados	Auditoria de conformidade e operacional / Auditoria Direta	Verificar a conformidade à legislação vigente.	Seleção de amostra a partir dos processos iniciados em 2015.	SCAGP	01/09/2016	30/11/2016	720	Secretaria de Gestão de Pessoas
16	Auditoria em contratos de manutenção de ar condicionado	Normatização, Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos	Moderados	Auditoria Operacional/ Auditoria Direta	Auditar os processos de planejamento, gestão e fiscalização de contratos.	Processos de contratação de aquisição e/ou manutenção de ar condicionado.	SCALC	17/09/2016	30/11/2016	300	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Adm. Predial
17	Auditoria sobre a elaboração de relatórios e informes derivados da LRF	Legislação e Normatização de Finanças Públicas	Moderados	Auditoria Contábil-Financeira / Auditoria Direta	Avaliar o processo de elaboração de relatórios e informes previstos na LRF.	Demonstrativos e procedimentos operacionais relativos, preferencialmente, a 2015 e 2016.	SA	03/10/2016	30/11/2016	400	Secretaria de Coord. Orçam. e Financeira / Diretoria Geral da Administração

Nº	Descrição Sumária dos Objetos/Elementos	Conhecimentos Específicos	Risco e Relevância	Tipo e Forma	Objetivo(s)	Escopo	Área Responsável	Início	Término	Horas	Área Auditada
18	Auditoria sobre o tema "Trabalho Seguro"	Legislação e Normatização sobre o Controle Externo e Finanças Públicas	Reduzidos	Auditoria Normativa / Auditoria Direta	Verificar os controles dos recursos destinados ao Programa Trabalho Seguro.	Despesas realizadas no âmbito do Programa Trabalho Seguro.	SA	03/10/2016	30/11/2016	100	Secretaria de Gestão de Pessoas
19	Auditorias Coordenadas CSJT e CNJ - a serem definidas futuramente	Legislação e Normatização vigente. Técnicas de Auditoria	Elevados	Auditoria Operacional / Compartilhada	Auditar os temas definidos pelo CNJ e/ou CSJT em seus planos de auditoria coordenada para o exercício de 2016.	Definições do CSJT e do CNJ sobre o escopo quando da designação do trabalho.	SCI, SA, SCNAG, SCAGP e SCALC	01/02/2016	30/11/2016	720	Diversas Áreas do TRT 2ª. Região
20	Revisão em Manuais e normativos	Legislação e Normatização sobre Compras, Licitações e Gestão de Pessoal	Moderados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Certificar-se de que os manuais ou normativos vigentes mostram-se compatíveis com a normatização externa ao Tribunal.	Manual de Compras e Licitações (4ª edição), Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (3ª. edição) e normativos internos.	SCI, SA, SCNAG, SCAGP e SCALC	01/07/2016	30/09/2016	340	Secretaria de Proc. Acomp. de Contratos e Licitações / Secretaria de Gestão de Pessoas
21	Atividades de planejamento e avaliação de desempenho da SCI	Planejamento Estratégico, Auditoria, Normas Profissionais do IIA Brasil	Elevados	Auditoria de Gestão / Auditoria Direta	Realizar planejamento das atividades para 2017 (PAA/PALP) e avaliar desempenho da SCI.	Informações estatísticas sobre os trabalhos realizados em 2015 pela SCI para o Relatório de Gestão e Relatório de Anual de Atividades.	SCI, SA, SCNAG, SCAGP e SCALC	01/09/2016	31/10/2016	390	Secretaria de Controle Interno
22	Atendimentos da Gestão e Demandas Diversas	Gestão Judicial, Legislação e Controle Externo	Moderados	Outras Atividades	Atender às demandas da Administração no âmbito da SCI.	Demandas internas solicitadas pela Alta Administração e demandas do controle externo.	SCI, SA, SCNAG, SCAGP e SCALC	04/01/2016	30/12/2016	8.160	Secretaria de Controle Interno
23	Verificação do atendimento às resoluções, às auditorias e aos demais comandos do CSJT, CNJ e do TCU	Legislação Vigente, Recomendações de Órgãos de Controle e Técnicas de Auditoria	Elevados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar o grau de observância às resoluções do CSJT, CNJ e TCU e implementação dos respectivos comandos.	Normativos e recomendações emitidos pelo CSJT, CNJ e TCU vigentes em 2014 e 2015.	SCI, SA e SCNAG.	04/01/2016	30/12/2016	800	Diversas Áreas do TRT da 2ª Região
24	Monitoramento do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional (PEI) 2015-2020	Plano Estratégico Institucional 2015-2020	Elevados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Verificar a existência e suficiência dos controles administrativos para acompanhamento dos resultados do PEI 2015-2020.	Plano Estratégico Institucional e processo de monitoramento dos indicadores nos anos 2015 e 2016.	SCNAG	04/01/2016	30/12/2016	360	Secretaria de Gestão da Informação Institucional
25	Atos de pessoal: análise dos atos de admissão, aposentadoria, pensão, abono de permanência.	Legislação Vigente, Recomendações de Órgãos de Controle e Técnicas de Auditoria	Elevados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Verificar a regularidade dos atos de pessoal.	Análise dos atos de admissão, aposentadoria, pensão, abono de permanência.	SCAGP	04/01/2016	30/12/2016	1.790	Secretaria de Gestão de Pessoas
26	Outras Atividades e Pareceres em Gestão de Pessoas	Legislação e Normatização de Gestão de Pessoas	Moderados	Auditoria de Gestão / Auditoria Direta	Atender demandas mandatórias solicitadas pela Administração do Tribunal e Órgãos de Controle Externo.	Solicitações recebidas durante o período e Auditorias Coordenadas.	SCAGP	04/01/2016	30/12/2016	480	Secretaria de Gestão de Pessoas

Nº	Descrição Sumária dos Objetos/Elementos	Conhecimentos Específicos	Risco e Relevância	Tipo e Forma	Objetivo(s)	Escopo	Área Responsável	Início	Término	Horas	Área Auditada
27	Procedimentos licitatórios, contratos administrativos, suprimento de fundos, compras diversas e suas alterações	Legislação Vigente, Recomendações de Órgãos de Controle, Técnicas de Auditoria	Elevados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Verificar a conformidade às diretrizes e políticas institucionais e às disposições legais.	Realização de verificações com relação aos processos licitatórios e aos contratos administrativos.	SCALC	04/01/2016	30/12/2016	3.600	Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações/ Secretaria de Coord. Orçamentária e Financeira
28	Treinamento, Capacitação e Desenvolvimento	Práticas de Auditoria Interna e Atualização Normativa	Moderados	Outras Atividades	Incorporar boas práticas de gestão e execução de auditoria.	Formação dos servidores da SCI em auditores internos, capacitação, treinamento e desenvolvimento por meio de cursos promovidos por entidades renomadas a exemplo do Instituto Serzedello Corrêa (TCU), ESAF, ENAP, CNJ, CSJT, Ejud/TRT-2ª Região e IIA-Brasil.	SCI, SA, SCNAG, SCAGP e SCALC	04/01/2016	30/12/2016	900	Secretaria de Controle Interno
29	Monitoramento e revisão das recomendações propostas pela Secretaria de Controle Interno nas auditorias realizadas	Técnicas de Auditoria	Moderados	Auditoria de Gestão / Auditoria Direta	Realizar monitoramento (<i>follow up</i>) das informações e recomendações encaminhadas para as áreas, com a identificação de ações implementadas.	Informações e recomendações emitidas pela Secretaria de Controle Interno, pendentes de atendimento.	SCI, SA, SCNAG, SCAGP e SCALC	9º dia de cada mês	15º dia de cada mês	2.360	Diversas Áreas do TRT 2ª. Região

QUADRO 1 – Plano Anual de Auditoria (PAA) 2016.

Fonte: Secretaria de Controle Interno

Escala para Risco e Relevância: Elevados: Alto risco material ou risco de imagem associados ao impacto de eventuais falhas.
Moderados: Moderado risco material ou moderado risco de imagem associados ao impacto de eventuais falhas.
Reduzidos: Baixo risco material ou baixo risco de imagem associados, mas realizado por questões normativas.

Área Responsável: Secretaria de Controle Interno (SCI)
Seção de Auditoria (SA)
Seção de Conformidade Normativa e Acompanhamento da Gestão (SCNAG)
Seção de Controle e Avaliação da Gestão de Pessoas (SCAGP)
Seção de Controle e Avaliação de Licitações e Contratos (SCALC)